

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 220 - Brasília, quarta-feira, 8 de maio de 1996

Crítica a MPs nos 170 anos do Senado

Na sessão comemorativa dos 170 anos do Senado (foto), presidida por Júlio Campos, Lúcio Alcântara condenou o uso excessivo de medidas provisórias pelo Executivo. Bernardo Cabral ressaltou os serviços que o Senado presta à Nação desde o Império. Entre os convidados, estavam diplomatas, o ministro da Saúde, o procurador-geral da República e o presidente do Tribunal de Contas da União. **Página 3**



Senado cria comissão para regulamentar medida provisória

Acordo prevê elaboração de proposta que limite abusos e amplie funções legislativas do Congresso. Votação deverá acontecer no prazo máximo de trinta dias

Projeto sobre Vale pode ser apreciado hoje

O projeto de autoria do senador José Eduardo Dutra que condiciona a privatização da Vale do Rio Doce à autorização do Congresso será incluído na ordem do dia de hoje. A confirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. **Página 3**

Ademir pede ao Inbra que esclareça venda de fazenda

Página 7

O presidente do Senado, José Sarney, determinou ontem que cinco propostas de emendas constitucionais e um projeto de lei da Câmara que tratam da edição e do processo legislativo de medidas provisórias constarão da pauta do plenário dentro de 30 dias. Até este prazo, uma comissão presidida por Sarney deverá elaborar uma proposta de consenso sobre a matéria.

A determinação resultou de acordo entre os líderes de todos os partidos, aos quais o líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES), solicitou a busca de "um denominador comum entre Executivo e Legislativo". Pelo acordo, os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Nabor Júnior (PMDB-AC) retiraram seus requerimentos para inclusão imediata da matéria na ordem do dia, e que seriam submetidos ontem à deliberação do

plenário.

Os senadores Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB; Roberto Freire (PE), líder do PPS; Hugo Napoleão (PI), líder do PFL; e Lúcio Alcântara (CE), pela liderança do PSDB, defenderam a definição de uma forma institucional que limite "os abusos do Executivo" na edição e reedição de medidas provisórias e amplie as funções legislativas do Congresso.

O senador Epitácio Cafeteira (MA), líder do PPB, disse que MP que não for apreciada pelo Legislativo deve ser rejeitada. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) protestou contra a decisão, que, a seu ver, adia uma situação que é insustentável para o Legislativo. Na opinião do senador Sebastião Rocha (PDT-

AP), os parlamentares têm sido "ágeis na crítica, mas omissos na análise do mérito das medidas provisórias".

CONVOCAÇÃO

O Senado aprovou também requerimento de convocação do ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, para prestar ao plenário esclarecimentos sobre a política

de reajuste salarial dos servidores públicos civis e militares. O requerimento foi apresentado pela senadora Júnia Marise (PDT-MG).

Outra proposta aprovada pelo plenário é a do senador Emandes Amorim (PMDB-RO) que autoriza o governo federal a criar a Escola Técnica Federal de Ariquemes, em Rondônia.

Líder do governo quer "denominador comum" entre Legislativo e Executivo

Senadores buscam soluções para o Nordeste

Plenário cria comissão com o objetivo de propor o aperfeiçoamento das políticas governamentais para a região, inclusive promovendo o acompanhamento e a avaliação

O plenário do Senado aprovou no início da noite de ontem, em sessão extraordinária, requerimento do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que propõe a criação de uma comissão especial com o objetivo de promover discussões e estudos que resultem em propostas de aperfeiçoamento das políticas governamentais para o Nordeste, inclusive seu acompanhamento e avaliação. De acordo com a proposição,

a comissão especial será formada por onze titulares e igual número de suplentes e terá até o dia 15 de dezembro deste ano para concluir seus trabalhos.

Na mesma sessão foi aprovado outro requerimento, do senador João França (PMDB-RR), solicitando a retirada de projeto de lei de sua autoria que



Waldeck é autor da proposta

dispõe sobre o perdão de créditos tributários federais de pequeno valor.

Foram aprovados ainda dois projetos de resolução, o primeiro do senador licenciado Leomar Quintanilha (PPB-TO), que exclui garantias dos limites de operações de crédito do estado de Tocantins. O outro, apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, autoriza Minas Gerais a contratar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no valor de R\$ 9,91 milhões.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

10h - Participa da cerimônia de aposição do retrato do ministro Iram Saraiva na galeria de ex-presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Local: Sala de reuniões da CCJ.

11h - Recebe o presidente da CNI, senador Fernando Bezerra.

11h30 - Recebe o deputado Hélio Bicudo (PT/SP).

12h - Recebe líderes da oposição - deputada Sandra Starling, deputados Matheus Schmidt, Sérgio Miranda e Fernando Lira, e senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy.

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.

18h - Recebe o juiz-presidente da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, Getúlio Corrêa.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 161/95, que altera a Lei nº 8.031/90; *PLC nº 74/95, que inclui no Plano Nacional de Viação o trecho que menciona no Estado de Minas Gerais;

*PLC nº 76/95, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.698/71, que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da previdência social, e dá outras providências; *PLS nº 227/95, que inscreve o nome de Zumbi dos Palmares no Livro dos Heróis da Pátria; *PLS nº 281/95, que dispõe sobre a leitura de jornais e revistas como atividade curricular; e *PLS nº 21/95, que institui Programa de Educação para Preservação do Patrimônio Ecológico.

19h - Sessão do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação das MPs nºs 1.374 a 1.411/96.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Cerimônia de aposição do retrato do ex-senador e ministro do TCU Iram Saraiva na Galeria de Ex-Presidentes da Comissão. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Audiência pública com representantes do Ministério dos Transportes a respeito da "Gestão das Hidrovias". Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (extraordinária)

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 52/95, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 64/95, que trata da ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho e do cumprimento das obrigações trabalhistas do empregador para com o empregado rural;

*PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de Tribunais, e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; *PEC nº 53/95, que dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 41/95, que revoga o dispositivo que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; *PEC nº 44/95, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural; e *PLC nº 150/92, que proíbe a entrada e a navegação de embarcações com carga de plutônio ou resíduos radioativos no mar territorial e na zona econômica exclusiva brasileira. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos; Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Fiscalização e Controle

Pauta: Discussão e votação do relatório do senador Ramez Tebet, relator-geral do projeto Sivam, sobre emendas de plenário ao Projeto de Resolução nº 35/96. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.414/96, que isenta do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados bens de informática adquiridos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.413/96, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.415/96, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos beneficiários da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.412/96, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

18h - Comissão de Assuntos Econômicos (extraordinária)

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 155/96 (não terminativo), que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, no valor de 450 milhões de dólares, de principal, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar, parcialmente, o projeto de modernização da rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis.

Críticas ao excesso de MPs marcam 170 anos do Senado

Senador Lúcio Alcântara considera que o uso abusivo de medidas provisórias fere a autonomia do Congresso e é prejudicial à saúde das instituições políticas do Brasil

A condenação do uso "excessivo e indevido" das medidas provisórias pelo Executivo foi ressaltada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), em seu pronunciamento na sessão comemorativa dos 170 anos da instalação do Senado no Brasil. Autor do requerimento de convocação da solenidade, Alcântara defendeu a adoção de providências urgentes contra a ingerência do governo na esfera do Legislativo.

- A utilização indiscriminada, abusiva mesmo, de medidas provisórias por parte do governo exige uma reação do Senado para colocar a questão nos

devidos termos, em nome da democracia e da independência do Poder Legislativo. O Senado e o Congresso devem essa providência à Nação. É exigência inegável para a garantia da saúde de nossas instituições políticas que se ergam o Senado e o Congresso, pondo cobro a esses excessos, que ferem fundo a nossa autonomia - afirmou.

No pronunciamento em que evocou o papel da instituição na história política, econômica

e social do país, Alcântara lembrou a participação ativa do Senado nas grandes lutas nacionais do Império e da República, e sua atuação permanente como "guardião da Federação e fiador da unidade nacional".

SERVIÇOS

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também fez uso da palavra na sessão solene, tendo ressaltado "os grandes e inestimáveis serviços prestados à Nação pelo Senado do Império", citando a discussão da Re-

gência, a queda de Feijó e o reconhecimento da maioria de Dom Pedro II.

Cabral recordou o lado humano de fatos e situações ocorridas na Casa, e exaltou o porte de algumas figuras de senadores, entre os quais Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

Estiveram presentes à sessão, presidida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), o ministro da Saúde, Adib Jatene, o presidente do Tribunal de Contas da União, Marcos Villaça, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e inúmeros diplomatas, entre outros convidados.

Cabral destaca papel do Senado na história política do país

Projeto de Dutra está na pauta de hoje

O presidente do Senado, José Sarney, confirmou ontem a inclusão, na ordem do dia da sessão de hoje, do projeto do senador José Eduardo Dutra que condiciona a privatização da Companhia Vale do Rio Doce à autorização do Congresso.

Sarney esclareceu que a tentativa de remeter o assunto ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura não obteve sucesso por falta da adesão do líder do PMDB, senador Jádler Barbalho (PA). De acordo com o Regimento Interno, a tramitação do projeto só pode ser alterada com o apoio de dois terços dos senadores.



A Comissão do Centro-Leste ouviu ontem Mendonça de Barros, do BNDES, e Schetino, da Vale

Proposta de privatização da Vale chega em 40 dias

A proposta de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) estará pronta no prazo máximo de 30 a 40 dias, e logo em seguida poderá ser encaminhada ao Senado para discussão das alternativas e escolha da melhor forma de se vender a empresa. A informação foi dada ontem pelo presidente do BNDES, Luís Carlos Mendonça de Barros, em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), após exposição seguida de debate na Comissão Especial do Corredor Centro-Leste. O presidente da Vale, Francisco Schetino, também prestou esclarecimentos

sobre a privatização da companhia.

O dirigente do BNDES iniciou sua explanação falando sobre o potencial da Vale, o porquê e como vender a estatal. Segundo Mendonça de Barros, a privatização da empresa não implicará a redução de empregos e nem afetará a política de exportação, acrescentando que a transferência da Vale à iniciativa privada irá contribuir para que o governo possa promover o novo ciclo de desenvolvimento do país.

Já o presidente da Vale, Francisco Schetino, disse que, conforme pesquisa realizada

dentro da empresa, 64% dos empregados da estatal são contra a privatização. Afirmou, porém, que a companhia tem como reverter essa preocupação porque, além de não haver risco de demissão, os empregados poderão vir a se tornar acionistas da empresa. "Só com a privatização a Vale será capaz de cumprir o seu papel no novo ciclo de desenvolvimento do país", disse Schetino.

A reunião da Comissão Especial do Corredor Centro-Leste foi presidida pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e relatada pelo senador Elcio Alvares (PFL-ES).

DIA DO TRABALHO

Cabral afirma que operário continua marginalizado

Benedita da Silva defende reajuste de 180% para o salário mínimo; Sebastião Rocha exorta FHC a retomar o caminho social; Mauro defende pagamento digno para aposentados



Mauro Miranda

Mauro condena desconto de inativo para a Previdência

Ao celebrar o Dia Internacional do Trabalho, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) homenageou ontem os "aposentados sofridos deste país", manifestando sua solidariedade com a causa dos inativos. Mauro disse que a solução das dificuldades dessa categoria "tem íntima dependência com a força de uma futura reação da atividade econômica e com a recuperação do nível de emprego".

Na opinião do senador, só assim o Brasil terá uma Previdência que não transfira para os inativos os deveres do Estado no financiamento da seguridade. Para Mauro Miranda, "retirar de quem já não tem é generalizar o sentimento de tristeza e de frustração de milhões de brasileiros cujas sobras de vida devem ter a garantia de condições mínimas de dignidade e de respeito". Ele disse que, para os aposentados do país, o Dia do Trabalho chegou com a perversa notícia de um reajuste de apenas 15% nos seus benefícios e a obrigação de os servidores inativos descontarem novamente para a Previdência.

Mauro disse que o povo brasileiro viveu mais um 1º de Maio sem nada para comemorar. Para ele, o medo do futuro hoje substitui a esperança.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse ontem que o abismo existente entre as classes de maior e menor poder aquisitivo no país é preocupante, e cobrou das autoridades a assistência necessária que o Estado deve aos trabalhadores. "Será que o país parou para pensar que faltam homens para assumir responsabilidades com o operário?", indagou, lembrando que as conquistas sociais dos trabalhadores na Europa ainda não foram



Bernardo Cabral

sentidas no Brasil.

Falando na sessão de homenagem ao Dia Internacional do

Trabalho, Cabral leu, em plenário, discurso por ele proferido em abril de 1968, quando era deputado federal, para afirmar que a vida do operário brasileiro pouco mudou daquele tempo até os dias atuais. Essa classe de trabalhadores, segundo o senador, "continua na expectativa de melhores dias que nunca acontecem". O senador disse que "a injustiça que denunciou na época está incrustada nas raízes da estrutura econômica, agrária e social da nossa pátria".

Benedita quer recuperação de perdas no salário

O reajuste de 12% para o salário mínimo foi criticado ontem pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ) durante



Benedita

a homenagem do Senado ao Dia Internacional do Trabalho. Segundo a senadora, a data "não foi um bom dia para o trabalhador festejar", em razão de o aumento ter ficado muito abaixo da inflação, e não reparar as perdas salariais de um ano.

Benedita da Silva defendeu o projeto do deputado Paulo Paim que fixa o salário mínimo em R\$ 180,00, lembrando que houve aumento de preços durante o período, inclusive de combustíveis. A seu ver o reajuste proposto pelo deputado não colocará em risco o Plano Real.

Quando o salário mínimo foi reajustado para R\$ 100,00 o governo alardeou que o país iria quebrar. Não aconteceu nada, e não acontecerá

nada agora - frisou Benedita da Silva, que também cobrou soluções como programas de renda mínima que estão sendo implantados pelo PT em

várias cidades brasileiras, visando reduzir os desníveis causados pelo baixo poder aquisitivo do pequeno trabalhador.

Rocha considera reajuste do mínimo vergonhoso

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) solidarizou-se com os trabalhadores brasileiros pelas dificuldades econômicas que enfrentam, por ocasião das comemorações do Dia Internacional do



Rocha

Trabalho. Definindo-se como um trabalhador assalariado, o parlamentar disse saber perfeitamente bem o que é depender de um emprego para sustentar a família, e contou que vários de seus familiares também sobrevivem com um salário mínimo.

Ele lastimou a política econômica do governo, expressando seu desejo de que

"o presidente Fernando Henrique Cardoso retome seu caminho original, por onde se inseriu na política, voltando a defender os direitos sociais e os trabalhadores". Na opinião de Rocha, o

atual governo centra sua ação na política econômica, esquecendo-se de que "é vergonhoso conceder um pífio reajuste ao salário mínimo".

Para exemplificar a injustiça do aumento do salário mínimo, ele afirmou que os transportes coletivos em Brasília tiveram reajuste de 32%, enquanto os transportes ferroviários foram aumentados em 18%.

DIA DO TRABALHO

Para Suplicy, modelo econômico em vigor não garante justiça social

Senador defende a adoção de programa de renda mínima para compensar baixo poder aquisitivo do salário mínimo no país

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) previu ontem que será difícil para o presidente Fernando Henrique Cardoso cumprir o seu anunciado propósito de resgatar a dívida social "se a sua política econômica continuar levando à situação de desemprego crescente em que se encontra o Brasil".



Eduardo Suplicy

Suplicy defendeu a necessidade de maior criatividade dos formuladores da política econômica do governo "para que eles não se limitem a assegurar a estabilidade dos preços mediante recessão e desemprego".

Na opinião do senador, isso "não é aceitável nem civilizado".

O senador criticou o reajuste do mínimo a um índice de 12%, menor que o registrado para o custo de vida, que foi de 20%. "Isso não é condizente com as metas anunciadas pelo presidente da República", afirmou Suplicy. Ele sugeriu que os responsáveis pela política econômica examinem os instrumentos de renda suplementar que deveriam ser introduzidos para complementar o salário mínimo.

Dutra: governo não tem política contra desemprego

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), afirmou ontem durante a homenagem da Casa ao Dia Internacional do Trabalho que, "se levarmos em consideração as diretrizes do governo, as perspectivas para os trabalhadores não são alvissareiras". Segundo o senador, o governo não tem uma política de efetivo combate ao desemprego e suas ações têm-se limitado a paliativos.

- Não bastam investimentos na formação e qualificação, indispensáveis para imprimir

maior competitividade às nossas empresas, mas com ralo potencial de geração de novos empregos. Isto sequer pode ser considerado um emplastro para o grave quadro de pauperização, miserabilidade e marginalidade para onde caminha a maioria da população brasileira - disse Eduardo Dutra.

O senador observou que a



José Eduardo Dutra

base parlamentar do governo não viabiliza a reforma agrária, "capaz de minimizar os impactos sociais do êxodo rural". Ele afirmou também que a maioria e o governo não tomam a iniciativa de pôr em prática os

dispositivos constitucionais de proteção contra a demissão imotivada e contra o desemprego provocada pela automação.

não tenha conseguido fazer justiça social. "E se isso não aconteceu, com pessoas dessa competência e sensibilidade, é porque não havia uma determinação do governo. Política social se faz com ação de governo", sustentou a parlamentar.

Em sua opinião, a meta de fazer justiça social tinha que estar em cada ministério, em cada organismo do governo. A senadora se disse também preocupada com saídas burocráticas, como a resultante na criação do Ministério da Reforma Agrária.



Emília Fernandes

Emília: crise ameaça mais as mulheres

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) disse ontem que as altas taxas de juros, a abertura indiscriminada às importações e a ausência de uma política agrícola clara são as causas do desemprego no país. A crise econômica ameaça principalmente as mulheres, afirmou a senadora, que também denunciou o trabalho escravo de 7 milhões de crianças e adolescentes.

Emília considera impossível se produzir com a atual taxa de juros, que, friso, corrói o capital de giro, endivida e leva à falência pequenas e médias empresas, provocando a demissão de milhares de trabalhadores. Ela destacou que a política cambial tem viabilizado a entrada de produtos altamente subsidiados, o que provoca a extinção de diversos setores econômicos.

- A ausência de políticas agrícola e agrária, aliada à taxa de juros e às importações de produtos agrícolas, tem levado intranquilidade aos produtores, retirando a lucratividade, gerando inadiplência e o consequente abandono do campo - afirmou.

Emília disse que "o anúncio do Plano Pró-Emprego é uma demonstração positiva de que o governo federal está despertando para a realidade".

Marina diz que excluídos estão em situação cada vez mais difícil

A senadora Marina Silva (PT-AC) se disse triste ao registrar que "os trabalhadores e os excluídos do Brasil estão numa situação cada vez mais difícil". Referindo-se ao Programa Comunidade Solidária, ela disse que o governo FHC perdeu uma oportunidade única de dar



Marina Silva

uma solução "à grave situação social do País, com a diminuição do sofrimento dos excluídos".

Marina entende que, se o governo conseguiu juntar nesse programa pessoas tão inteligentes e responsáveis como Ruth Cardoso, Ana Maria Peliano e Hebert de Sousa, é inexplicável que

Odacir pede ao governo que envie até julho proposta do Orçamento de 97

Estabilidade econômica permite envio antecipado do projeto, afirma o senador, que defende mais tempo para apreciação serena dos destinos dos recursos públicos

O senador Odacir Soares (PFL-RO) propôs que o Poder Executivo antecipe para no máximo 30 de julho deste ano o encaminhamento do projeto de lei orçamentária para 1997. Ele disse já ter feito a proposta ao ministro do Planejamento, José Serra. "Creio ser medida de alto alcance público", afirmou o senador, para quem apenas três meses e meio para apreciar com serenidade os destinos da alocação dos recursos públicos é muito pouco.

Ele também argumentou que a estabilidade econômica permite hoje um planejamento capaz de viabilizar esse envio antecipado da proposta orçamentária. Para

o senador, o prazo previsto no artigo 35 das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual autoriza o governo a encaminhar até 31 de agosto a lei orçamentária ao Legislativo, "é insuficiente para que o Congresso ultime a votação dessa importante matéria".

Odacir Soares também explicou que a seriedade com que se conduziram os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento no ano passado, sob a presidência do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), mais uma



Odacir Soares

vez demonstra que o prazo destinado ao Legislativo para examinar a proposta orçamentária é muito exíguo. Ele manifestou sua confiança na estabilidade da economia brasileira e lembrou que "o Orçamento Público é parte integrante deste cenário".

Relator apóia lei de diretrizes para Geologia

O relator da Comissão Especial do Senado destinada à elaboração dos projetos de lei reguladores das emendas constitucionais da Ordem Econômica, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), apoiou ontem proposta de instituição de uma lei de diretrizes e bases para a Geologia. A sugestão foi feita pelo presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, geólogo Wanderlino Teixeira de Carvalho, durante depoimento na comissão.

Carvalho também sugeriu que o Congresso Nacional elabore um novo Código de Mineração que venha a atender ao interesse nacional, principalmente com a flexibilização do monopólio do petróleo e com a entrada de capital estrangeiro na área de prospecção.

Amin destaca difusão em prol da oncologia

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) destacou o trabalho promovido pela Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC), entidade que congrega os principais nomes dessa área médica no país. Segundo o senador, há 14 anos o órgão vem desenvolvendo um trabalho diversificado e um papel de extrema relevância. "sobretudo em um país como o nosso, onde a oncologia está ausente do currículo na grande maioria das escolas de Medicina".

Ele disse que entre as principais iniciativas da entidade estão a promoção de cursos de especialização e congressos sobre oncologia, o desenvolvimento de projetos educacionais de formação e atualização profissional, a difusão dos mais recentes avanços na área oncológica



Esperidião Amin

em todo o país, a realização de palestras de esclarecimento ao público e campanhas de prevenção e diagnóstico precoce do câncer. Ele lembrou que em outubro do ano passado o presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica como entidade de utilidade pública federal.

Deficientes vão a Sarney para manter direitos

Preocupados com a ameaça de supressão, pela proposta de reforma administrativa do governo, de direitos conquistados pelos deficientes físicos, representantes de associações de defesa dos cidadãos portadores de deficiência procuraram ontem o presidente do Senado, José Sarney, a quem entregaram manifesto com 20 mil assinaturas.

O documento solicita que, na condição de presidente do Congresso, Sarney zele pela manutenção dos dispositivos constitucionais que asseguram proteção a pessoas em tal situação.

- Contem comigo. O que eu puder fazer para ajudar a causa do deficiente, estarei sempre pronto a fazer - afirmou Sarney, ao receber em audiência, na tarde de ontem, o deputado Benício Tavares e o presidente da Associação dos Portadores de Problemas Visuais, Antonio Gomes Leitão.

O senador foi cumprimentado por ter sancionado, durante sua passagem pela Presidência da República, a Lei nº 7.853, que adotou nova perspectiva no trato da questão do deficiente no Brasil. Sarney reiterou o compromisso de continuar apoiando a causa dos deficientes, dentro do parâmetro da "proteção sem paternalismo".

CAE suspende por 24 horas decisão sobre Banespa

Medida atende a questão de ordem levantada por Osmar Dias ao lembrar que apreciação da matéria depende de dados solicitados pelo Senado ao Tribunal de Contas da União



Osmar Dias levanta questão de ordem: quer, primeiro, ver os dados solicitados ao Tribunal de Contas

Em virtude de questão de ordem levantada pelo senador Osmar Dias (PR), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), adiou por 24 horas a leitura e apreciação do relatório do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre a solicitação do governo de São Paulo para obter do Tesouro Nacional financiamento no valor de R\$ 7,5 bilhões destinados à liquidação de metade da dívida do estado junto ao Banespa. O assunto voltará à pauta em reunião extraordinária da CAE convocada para hoje, às 18h.

Alegou Osmar Dias, na questão de ordem, que a matéria estava com a tramitação suspensa, até que fossem fornecidas as informações solicitadas ao TCU, por decisão proferida na sessão do dia 9 de abril pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). O senador Esperidião Amin (PPB-SC), manifestando concordância com a questão de ordem levantada, disse que por esse motivo desistiria de um pretendido pedido de vistas à matéria.

O presidente da CAE expressou ponto de vista contrário, entendendo que apenas a votação da matéria em plenário estaria suspensa. A mesma opinião foi defendida pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Fogaça (PMDB-RS) e Gerson Camata (PMDB-ES). Miranda alegou haver o precedente do projeto Sivam, que continuou tramitando, embora houvesse também dependência de parecer do TCU.

Mas, por sugestão do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente das três comissões encarregadas de analisar o projeto Sivam, Miranda decidiu suspender a apreciação da matéria até a consulta à presidência do Senado.

Ademir pede informações ao Incra sobre venda de fazenda

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) encaminhou ontem à Mesa do Senado requerimento pedindo que o ministro Extraordinário da Política Fundiária, Raul Jungmann, preste informações à Casa sobre a compra de terras realizada pelo empresário Cecílio do Rêgo Almeida. O senador quer saber se a aquisição de uma área de 4,7 milhões de hectares, situada no estado do Pará, foi feita legalmente, no que diz respeito à competência do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Segundo Ademir Andrade, as notícias a respeito dessa negociação provocam perplexidade e algumas preocupações. Ele considera, em primeiro lugar, inadmissível não haver no Brasil qualquer restrição legal que limite a área de terras que uma pessoa ou empresa possam possuir. O senador também diz ser intolerável que uma única pessoa ou empresa possa explorar uma área tão grande, ainda que

seja com projetos ecológicos.

- Essa compra, feita pelo dono da Construtora C. R. Almeida, é uma verdadeira provocação às pessoas de bom senso do nosso país.

As intenções do empresário não parecem boas e nem sensatas, pois, ao efetuar o negócio, ele estava plenamente ciente de que a área não tem documentação robusta e certa, registrada em cartório - afirmou Ademir.

Mesmo assim, ou talvez por isso, acrescenta o senador, o empresário adquiriu a terra "a preço de banana, pelo mísero valor de um real e cinquenta centavos o hectare".

Em apertado, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que os empresários querem fazer especulação com laboratórios americanos na área de farmacologia. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou não ter dúvidas de que há especulação na compra dos 4,7 milhões de hectares pelo empresário Cecílio do Rêgo Almeida.



Ademir Andrade

Veto a anistia entrará em pauta dia 15

O senador José Sarney informou ontem a representantes dos petroleiros que colocará na pauta da sessão do Congresso Nacional da próxima quarta-feira, dia 15, o veto do presidente Fernando Henrique Cardoso ao projeto de anistia das multas impostas a entidades sindicais representativas do setor pela participação na última greve da categoria.

Sarney reiterou aos trabalhadores seu apoio à concessão da anistia e prometeu apressar a tramitação da matéria, de acordo com a reivindicação dos atingidos.

Os representantes dos petroleiros compareceram à audiência acompanhados pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e por Peter Michalzik, secretário-geral-adjunto da Federação Internacional do Trabalho nas Indústrias Químicas de Energia e Minas.

Alcântara: fundos não devem comprar estatais

Para senador, participação de entidades ligadas ao serviço público ou a empresas controladas pelo governo federal compromete o processo de privatização



Júlio Campos

Votos de pesar pela morte de Gastão Müller

O Senado aprovou ontem a inscrição de voto de pesar nos Anais da Casa e o envio de pêsames à família do ex-senador Gastão Müller, que faleceu na manhã desta terça-feira, em Cuiabá. O senador Júlio Campos (PFL-MT), que apresentou o requerimento, destacou que Gastão Müller foi exemplo de probidade e lealdade na vida política de seu estado e no Congresso Nacional.

Senador de 1979 a 1987, Gastão Müller integrou o extinto PSD e a Arena, filiando-se depois ao PP e ao PMDB. Três vezes deputado federal antes de se eleger senador, "ainda existem em tramitação no Congresso Nacional 39 projetos de sua iniciativa", afirmou Júlio Campos.

A atuação dos fundos de pensão na compra de empresas estatais privatizadas contraria, enfraquece e traz desconfiância ao processo de privatização do governo, segundo afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Para ele, o problema principal a ser considerado é que as empresas foram compradas com as chamadas "moedas podres" e estão sendo revendidas em moeda real.

O senador lembrou que os fundos de pensão, em sua maioria, são ligados ao serviço público ou a empresas controladas



Lúcio Alcântara

das pela União. Por isso, o governo tem o direito de intervir nessas operações porque, quando os fundos apresentam problemas, é o governo que coloca recursos para saná-los.

Alcântara destacou artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, sob o título "Liberalismo com farofa de reestatização", no qual se informa que o Banco Bozano-Simonsen vendeu sua participação na Usiminas para a Acesita, empresa esta controlada por um outro consórcio formado por fundos de pensão de estatais.



Arlindo Porto

Arlindo pede afastamento do Senado

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) solicitou ontem seu afastamento temporário das atividades legislativas, atendendo a convite do presidente Fernando Henrique Cardoso para assumir o cargo de ministro da Agricultura, em solenidade marcada para hoje. O senador atribuiu o peso de sua indicação à "presença do PTB e ao apoio de Minas Gerais às ações implementadas pelo presidente da República".

Arlindo Porto afirmou também que o convite representou um ato de apreço ao Poder Legislativo, especialmente ao Senado. Além disso, a decisão presidencial demonstra, segundo ele, um reconhecimento do PTB "nas pessoas dos senadores José Eduardo Andrade Vieira e Valmir Campello, líder do partido no Senado".

Arlindo disse que assume a Agricultura num momento em que "sabemos que é preciso aumentar a produção de alimentos". Em sua ausência, a suplente Regina Assumpção assume a cadeira de representante de Minas Gerais.

Joel de Hollanda defende micro e pequena empresas

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) disse que a defesa da micro e da pequena empresas deixou de ser um recurso retórico para tornar-se uma necessidade de sobrevivência de milhares de brasileiros.

"É preciso, com urgência, dar ao pequeno empresário chances efetivas de desenvolver as suas atividades e oferecer os empregos que agora estão sendo negados, mais que isso, estão sendo extintos", acentuou.

Ele defendeu a criação de mecanismos de incentivo a esses pequenos empreendi-

mentos e lamentou que o governo brasileiro não conceda nenhum estímulo ao setor. Pelo contrário, levantam-se grandes barreiras contra esses empresários de poucos recursos, afirmou.

- Paradoxalmente, é esse segmento que tem garantido algum tipo de crescimento econômico, por sua audácia, baixíssimo endividamento e criatividade permanente - disse Joel de Hollanda, acrescentando que o setor oferece 60% das vagas existentes hoje no mercado de trabalho.



Joel de Hollanda

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Múrcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal